

# A COVID-19 E A ECONOMIA BRASILEIRA EM DEPRESSÃO

---

---

RAPHAEL JOSÉ BICUDO PEREIRA SOBRINHO<sup>1</sup>  
CLAYTON VINICIUS PEGORARO DE ARAUJO<sup>2</sup>  
GABRIELLE JACOBI KÖLLING<sup>3</sup>  
ÁLVARO ALVES DE MOURA JÚNIOR<sup>4</sup>

---

## RESUMO:

O artigo busca relacionar os impactos do COVID-19 na economia brasileira, considerando que desde a recessão de 2015/2016 está em processo de depressão, o que dificultará sua possível recuperação pós-pandemia. Em uma segunda etapa, buscamos entender possíveis soluções para a crise / depressão da economia brasileira, a partir do debate entre economistas ortodoxos e heterodoxos.

**Palavras-chave:** Economia. Brasil. Pandemia. COVID-19. Depressão.

## ABSTRACT

The article seeks to relate the impacts of COVID-19 on the Brazilian economy, considering that it has been in a process of depression since the recession of 2015/2016, which will hinder its possible post-pandemic recovery. In a second step, we seek to understand possible solutions to the crisis / depression of the Brazilian economy, based on the debate between orthodox and heterodox economists.

**Keywords:** Economy. Brazil. Pandemic. COVID-19. Depression.

---

<sup>1</sup> Economista, Doutorando em História Econômica – USP, Mestre em Economia Política e Professor de Economia da STRONG/ESAGS e de Professor dos cursos de graduação em Ciências Econômicas Universidade Presbiteriana Mackenzie.

<sup>2</sup> Advogado, Pós-Doutor em Economia Política, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito (área de concentração em Direito Internacional), Especialista em Direito Público. Professor do Programa Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da USCS.

<sup>3</sup> Doutora em Direito Público, Mestre em Direito Público e professora da USCS, do CERS – Centro Educacional Renato Saraiva e STRONG/ESAGS.

<sup>4</sup> Economista, Mestre em Economia e Doutor em Ciências Sociais. Professor dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e pós-graduação stricto sensu em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As doenças infecciosas causam mortes em todo o mundo, sendo que na maioria dos países industrializados, além das enfermidades associadas às infecções, ainda temos o câncer, diabetes e doenças cardíacas como causas da mortalidade.

Apesar dos desenvolvimentos em produtos farmacêuticos, as taxas de doenças infecciosas estão aumentando devido a mudanças no comportamento humano, cidades maiores e mais densas, o aumento do comércio, das viagens, o uso inadequado de antibióticos, o surgimento de novos patógenos, além dos problemas ambientais, que segundo especialistas é um fator que também contribui para tais adversidades.

A pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde, começou na China no final de 2019 e se espalhou muito rapidamente pelo mundo, gerando um número assustador de infectados e mortos.

A inexistência de remédios ou vacinas impôs, como forma de controle da pandemia, o chamado isolamento social, cujas consequências econômicas têm sido a paralisação das atividades produtivas de bens e serviços, o que tem gerado uma forte retração do PIB mundial e, particularmente, do Brasil. E como bem se sabe, a recessão em 2020 trará impactos sociais de grande monta, com o aumento do desemprego, da desigualdade social e da pobreza.

Por outro lado, os efeitos econômicos diretos da pandemia incluem o aumento dos gastos em assistência médica por pacientes e financiadores (por exemplo, governos e seguradoras), e aumento da carga de trabalho para trabalhadores da saúde. Os efeitos indiretos incluem uma oferta de mão-de-obra menor devido a mortes, e um aumento do absenteísmo no trabalho por trabalhadores doentes e por trabalhadores que desejam reduzir o risco de contratação de doença no local de trabalho.

Este absenteísmo pode ser classificado como um exemplo de comportamento voluntário de modificação de risco em resposta a uma pandemia. Outros exemplos são as viagens domésticas e internacionais reduzidas, e redução das reuniões públicas em eventos esportivos etc.

Os surtos de doenças infecciosas podem facilmente cruzar fronteiras para ameaçar a

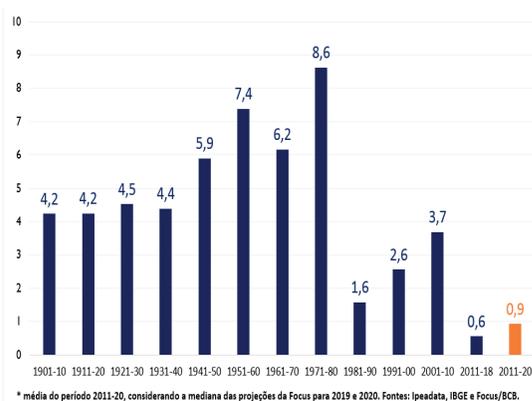
economia em diferentes regiões, como tem sido demonstrado historicamente pelo HIV, gripe H1N1 e mais recentemente pelo COVID 19.<sup>5</sup>

Além disso, tempo para disponibilização de medicamentos, o cronograma de desenvolvimento e aprovação por muitas vezes agravam os quadros de mortalidade significativamente. A constante adaptação de micróbios, juntamente com sua capacidade de evoluir e resistência a antibacterianos e antivirais, garante que as doenças infecciosas continuarão a ser uma constante ameaça mundial.

## 1. FASES DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA E OS PERÍODOS DE RECESSÃO

A economia brasileira apresentou, ao longo do século XX, fases de crescimento mais intensa de 1930 até 1980, conforme a caracterização feita por (BONELLI, 2013). São 55 anos, de um total de 105, com taxas de crescimento econômico abaixo da linha da taxa média, cujo crescimento médio secular registrou 4,91% a.a.

Os períodos de elevadas taxas de crescimento, pode ser apresentado através da seguinte caracterização: (i) Período do imediato pós-2ª Guerra Mundial até meados da década de 1970 = 7,5% a.a.; (ii) Picos no período do Plano de Metas (8,2% a.a.) e também no conhecido “milagre econômico” (11,5% a.a.). Contudo, logo ao final da década de 1970, o crescimento do PIB tem média bastante baixa (2,2% a.a.) e com taxas médias decrescentes desde então., conforme o gráfico abaixo:



**Gráfico 1:** Taxas Médias Reais de Crescimento do PIB por Década (%)\*  
**Fonte:** IBRE-FGV-RJ.

5 <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline>.

A partir da década de 80 até o presente momento, as taxas de crescimento seguem apresentando fortes oscilações com inclinação bastante negativa. O último período de crescimento mais duradouro data de 2004 até 2011 (média de 4,4% ao ano). Após esse breve ciclo de crescimento, a economia brasileira apresentou uma desaceleração que tem início em 2011, mergulhando numa recessão que durou 11 trimestres, gerando uma perda de - 8,2% no PIB, quando considerado o período 2015-2016.

Após a última recessão (2015-2016), o ritmo de recuperação da atividade econômica no Brasil tem

se revelado frustrante, ensejando um quadro de depressão. Por três anos seguidos (2017 a 2019), o PIB brasileiro, cresceu 1,1% a.a. Portanto, muito abaixo da linha tendencial de crescimento anterior ao período da última recessão.

Conforme o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV, ao longo de quatro décadas o Brasil enfrentou nove períodos de recessão, conforme evidencia a tabela 1.

Recessões	Período	Duração da Recessão em Trimestres (do pico pré-crise ao vale)	Var. % acumulada do Pico ao Vale	Duração da recuperação em Trimestres (do vale ao nível pré-crise)
1	1T-1981 ao 1T-1983	9	-8,5	7
2	3T-1987 ao 4T-1988	6	-4,2	2
3	3T-1989 ao 1T-1992	11	-7,7	7
4	2T-1995 ao 3T-1995	2	-2,8	4
5	1T-1998 ao 1T-1999	5	-1,5	3
6	2T-2001 ao 4T-2001	3	-0,9	1
7	1T-2003 ao 2T-2003	2	-1,6	2
8	4T-2008 ao 1T-2009	2	-5,5	3
9	2T-2014 ao 4T-2016	11	-8,2	<b>Sem recuperação até o momento.</b>

**Tabela 1:** Recessões no Brasil desde 1980 – Duração e Amplitude das quedas do PIB

Fonte: CODACE-IBRE-FGV

Considerando a tabela 1, as recessões mais duradouras e profundas, em ordem cronológica, foram as seguintes: (i) entre 1T-1981 e 1T-1983, com duração de 9 trimestres e queda acumulada da economia de 8,5%, marcado pelo contexto da dívida externa latino-americana; (ii) entre 3T-1989 e 1T-1992, com duração de 11 trimestres e queda acumulada de 7,7% do PIB, no contexto do Plano Collor, com severa restrição de liquidez; e (iii) a crise recente, com duração de 11 trimestres e contração acumulada de 8,2%, entre 2T-2014 e 4T-2016.

Vale destacar que mesmo antes da pandemia, com o final da recessão (2014-2016), a economia

brasileira não estava conseguindo reagir e voltar a crescer a taxas que crescia até 2013, mesmo com oscilações.

Mesmo com o término da recessão no 4º trimestre de 2016, a economia brasileira vem apresentando um desempenho pífio nos anos de 2017, 2018 e 2019, crescendo apenas 1,1% ao ano.

As projeções iniciais para o ano de 2020 consideravam que a economia brasileira deveria crescer 2,5%, projeções essas que já estavam sendo revistas para baixo. Mas, o impacto da pandemia trouxe uma reversão ainda mais drástica para tais perspectivas. Segundo o Relatório FOCUS

do Banco Central<sup>6</sup>, considerando os impactos da Pandemia do COVID-19, apontam para uma queda do PIB de 5,11%, o que caracteriza um cenário de depressão.

Segundo Considera (2019), do IBRE da FGV, com a trajetória de crescimento esperada pelo mercado, a economia brasileira retornaria a seu nível de produção vigente (1º trimestre de 2014) apenas no 4º trimestre de 2020, isto é, 27 trimestres, ou seja, quase 7 anos depois. Por sua vez, se o ritmo de crescimento da economia brasileira for mantido (na base de 1% em 2017, 2018 e 2019), a recuperação integral do nível de produção ocorreria apenas no 3º trimestre de 2023, ou seja, depois de 38 trimestres do início da recessão, o que significa quase uma década.

Cabe salientar, que os dois cenários acima, foram elaborados não considerando os impactos da Pandemia, o que agrava o quadro atual.

Os dados recém divulgados sobre o PIB do 2º trimestre de 2020 na comparação com o 1º trimestre de 2020, indicam uma queda de 9,7%. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, a queda foi da ordem de 11,2% (IBGE, 2020).

Um ponto importante que deve ser ressaltado aqui, diz respeito a revisão feita pelo IBGE sobre o a queda do PIB do 1º trimestre de 2020, na comparação com o 4º trimestre de 2019, ela registrou 2,5% e não 1,5%, como divulgado anteriormente. Dessa forma, fica clara a desaceleração que a economia brasileira vinha apresentando, desde o 2º semestre de 2019. Portanto, os impactos da pandemia, agora em 2020, potencializaram uma economia em situação de depressão.

## 2. BREVES INSIGHTS TEÓRICOS SOBRE A ECONOMIA DA DEPRESSÃO

A seguir serão apresentados breves insights acerca do tema recessão e/ou depressão, a partir de diferentes linhas do pensamento econômico, com o objetivo de enfatizar como o atual momento da economia mundial, e particularmente brasileira, pode ser pensado diante de diferentes perspectivas teóricas.

### 2.1. A perspectiva de Keynes e Kalecki

Cabe apresentar aqui duas interpretações acerca do fenômeno da depressão, quais sejam: (1) a visão de M. Kalecki e (2) A visão Keynesiana. Resumidamente, a interpretação Kaleckiana pode ser apresentada da seguinte forma:

- a) assume-se que a economia parte de um ciclo de normalidade;
- b) a economia sofre um choque = uma recessão<sup>7</sup> (queda do produto e elevação da taxa de desemprego);

Dessa forma, a **normalidade** é rompida e a economia sai da sua tendência de crescimento e mergulha na **depressão**, um estado de anormalidade e de profundas incertezas. Para Kalecki (1987), a depressão é considerada uma fase do ciclo e não uma quebra da linha tendencial de crescimento.

A economia poderá ser tirada da depressão se sofrer um choque positivo que a levará para uma fase de recuperação com posterior expansão. Se a economia voltar a transitar em torno da linha tendencial de crescimento, terá recuperado o tamanho do produto original e a sua tendência (= sua taxa média de crescimento será igual àquela que possuía antes da depressão). Essa recuperação da dinâmica econômica terá impactos positivos sobre a redução da taxa de desemprego.

O principal critério para caracterizar o estado depressivo da economia brasileira é a estagnação da renda per capita.

A visão Keynesiana sobre a depressão, procura estabelecer as diferenças entre períodos de recessão e a depressão. As **recessões** normais são aquelas que quando ocorrem não retiram a economia da sua trajetória de crescimento de longo prazo. Nelas, governos e agentes reagem dentro de padrões conhecidos, isto é, os agentes reagem de forma esperada, principalmente, em relação às ações governamentais. Não ocorrem paralisias (Sicsú, 2020).

Por outro lado, quando ocorrem recessões bruscas, acompanhadas de drásticas taxas de desemprego e agudas contrações do crédito, por

<sup>6</sup> Projeções a partir do Boletim Focus de 14 de setembro de 2020.

<sup>7</sup> Recessão: pode ser entendida, a partir da queda do PIB por dois trimestres consecutivos.

algum tempo, a economia desliza da normalidade da sua trajetória de crescimento de longo prazo para a anormalidade da **depressão**, onde os agentes paralisam ou adiam suas decisões por desconhecerem os parâmetros da nova situação.

Segundo Sicsú (2020)<sup>8</sup>, **economias em depressão** não são economias que repetem continuamente eventos de recessão. Muito pelo contrário, essas não foram as experiências passadas. **É uma marca de depressões a ocorrência de taxas de crescimento (positivas ou negativas) baixas e voláteis**. Portanto, quando ocorre uma taxa de crescimento positiva dentro de uma depressão, isso não indica necessariamente a ocorrência de uma recuperação.

A hipótese da depressão para a economia brasileira é bastante factível, quando consideramos o que vêm ocorrendo desde a última recessão terminada em 2016 e o crescimento pífilo a partir de 2017. Mesmo sem a ocorrência da pandemia, a economia brasileira cresceria no máximo entre 1,8% a 2% em 2020, patamar muito abaixo da linha tendencial de crescimento, anterior ao período da recessão., o que afasta a possibilidade de uma retomada em V, conforme anunciado pelo atual governo.

### 3. A CRISE BRASILEIRA NA VISÃO DE ECONOMISTAS ORTODOXOS E HETERODOXOS

Antes de apresentar o diagnóstico e as possíveis saídas para a crise atual, cabe conceituar, ainda que e forma breve, o que se entende por ortodoxia e heterodoxia no campo da ciência econômica.

O economista britânico Frank Hahn define a **ortodoxia**, como a abordagem que engloba uma perspectiva individualista (agentes como indivíduos atomizados), algum axioma de racionalidade (normalmente otimizadora) e um compromisso com estudos de estado de equilíbrio.

Dessa forma, os mecanismos de mercado produzem resultados eficientes se possíveis fricções e falhas de mercado puderem ser abstraídas ou apenas ocasionando impactos no curto prazo; ou seja, o “laissez-faire” produz resultados ótimos em termos de alocação de recursos disponíveis.

Já a **heterodoxia** é um conjunto amplo de escolas de pensamento econômico

(institucionalismo, marxistas e pós-marxistas, pós-keynesianos, neoschumpeterianos, evolucionários, Escola Francesa da Regulação, estruturalistas-latino-americanos e outras), que se diferenciam pelas suas orientações substantivas particulares, preocupações e ênfases, que têm em comum a rejeição tanto do reducionismo metodológico em prol da pluralidade quanto da noção de que economias capitalistas não tendem ao equilíbrio com pleno emprego.

Segundo De Paula & Jabbour (2019) a heterodoxia deve ser concebida como um sistema aberto, no qual: (i) não é possível saber com certeza se todas as variáveis relevantes foram identificadas; (ii) a fronteira é semipermeável; (iii) há conhecimento imperfeito das relações entre variáveis que podem mudar em função da criatividade humana e (iv) pode haver inter-relação entre os agentes (esses podem aprender ao longo do tempo).

Dessa forma, ao contrário do tempo lógico e dos modelos baseados na posição de equilíbrio utilizados pela ortodoxia, a irreversibilidade do tempo histórico e a dependência do sistema em relação à sua trajetória são elementos centrais da heterodoxia econômica.

#### 3.1. O Diagnóstico dos Economistas Ortodoxos sobre a Crise Brasileira

Na visão dos **economistas ortodoxos**, a crise da economia brasileira é decorrência da flexibilização do “tripé macroeconômico” (metas de superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante), principalmente por políticas expansionistas no campo fiscal.

Podemos citar os economistas de orientação liberal ou ortodoxa, como Barbosa Filho e Pessoa (2015), Barbosa Filho (2015), Mesquita (2014), defendem que houve uma guinada da política econômica no pós-crise de 2008, que prevaleceu no governo Dilma, e colocam no centro desta mudança a condução da política fiscal expansionista e uma nova visão papel do Estado na dinâmica do crescimento. Associa-se a este argumento da elevação de gastos a adoção de diversas outras medidas da chamada “nova matriz econômica” – controles de preços, controles cambiais, subsídios,

8 Destaque nosso.

maior tolerância com a inflação, etc. – que teriam conduzido a um excesso de intervencionismo estatal e ao progressivo desmonte do chamado tripé da política macroeconômica: o regime de metas de inflação, a meta fiscal de superávit primário e o regime de câmbio flutuante.

Segundo a visão ortodoxa, o aprofundamento da política heterodoxa, denominada como “Nova Matriz Macroeconômica”, provocou inúmeros desequilíbrios incisivos no funcionamento do mercado gerando um quadro de incerteza, instabilidade e insegurança que se mostrou desastroso para o desempenho da economia brasileira.

Sintetizando a visão ortodoxa, o maior intervencionismo do Estado na economia, paralelamente à deterioração fiscal e ao descontrole inflacionário implicaram em grande perda de credibilidade da política econômica e de exacerbação de expectativas adversas por parte da população e, sobretudo do empresariado, tornando a crise econômica inexorável.

### **3.2. O Diagnóstico dos Economistas Heterodoxos sobre a Crise Brasileira**

No que diz respeito à visão heterodoxa, conforme já apontado anteriormente, a mesma não possui uma visão unificada, portanto, o diagnóstico sobre a crise apresenta nuances diferenciadas.

Conforme os economistas identificados com o novo-desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi, 2016) compartilham da visão liberal de que a política fiscal expansionista, com o forte aumento dos gastos públicos, contribuiu para a crise de 2015, evidenciando o esgotamento do que seria o modelo de crescimento econômico dos governos Lula e Dilma, chamado de modelo social-desenvolvimentista.

A explicação dos novos-desenvolvimentistas para a desaceleração do crescimento no governo Dilma, além da questão fiscal, destaca outros elementos, sendo o principal de caráter estrutural, que é a regressão da estrutura produtiva, caracterizada pela desindustrialização e reprimarização da pauta exportadora. Esta regressão teria sido provocada por dois preços macroeconômicos fundamentais que ficaram por muito tempo fora do lugar, à taxa de juros elevada e a apreciação da taxa real de câmbio,

para as quais a política fiscal expansionista teria contribuído. Para estes economistas, a recessão a partir de 2015 foi a combinação da desaceleração estrutural com questões extra econômicas, mas afirmavam que não há divergência com os liberais no que diz respeito à necessidade do ajuste fiscal para a retomada do crescimento em 2015.

Serrano e Summa (2015) apontam como causa para o que chama de “desaceleração rudimentar” da economia brasileira, a mudança deliberada, pelo governo Dilma, da política econômica virtuosa do governo Lula, que foi fundamental no bem-sucedido modelo de crescimento impulsionado pela demanda. Refutando os argumentos de que a crise internacional ou a sobrevalorização cambial tiveram forte influência na atividade doméstica, defendem que as medidas de contração fiscal e monetária no primeiro mandato da presidente Dilma, em particular a forte contração dos investimentos públicos, foram a causa fundamental da desaceleração econômica no período de 2011 a 2014. Na recessão que tem início em 2015, vai atribuir papel fundamental ao forte ajuste fiscal realizado sob o comando do ministro Joaquim Levy, além da elevação da taxa de juros pelo banco central (Serrano e Summa, 2015, p. 30).

Com base na linha dos autores, argumentam ainda que, ao se deparar com a desaceleração do crescimento, o governo Dilma tentou diversas medidas de estímulo ao investimento privado, na tentativa de fazer o setor privado liderar o crescimento. Porém, ao não produzirem efeito significativo sobre a demanda agregada, tais políticas foram inócuas para elevar os investimentos (Serrano e Summa, 2015).

Segundo Gobetti e Orair (2015), as medidas para tentar acelerar o crescimento a partir de 2011 se concentraram, em especial, nas desonerações tributárias e aumento de subsídios. Para estes autores, a explicação para a desaceleração não está no tamanho do gasto público, mas na mudança de sua composição. No governo Dilma teria havido desaceleração dos investimentos e crescimento das desonerações fiscais e subsídios, que não teriam efeito multiplicador tão expressivo quanto os gastos sociais e investimentos, o que explicaria o fracasso destas políticas em sustentar a atividade econômica.

Cabe ressaltar também, a visão de Mello & Rossi (2017), para quem, a política de austeridade

iniciada com o ajuste fiscal promovido pelo Ministro da fazenda Joaquim Levy no segundo mandato do Governo Dilma e posteriormente o corte de gastos a partir da PEC do teto dos gastos públicos, provou-se um imenso fracasso. Não apenas ela se mostrou incapaz de cumprir seus objetivos iniciais, como a contenção do déficit público, como ela transformou uma desaceleração econômica em uma profunda recessão, nos legando a maior crise da história brasileira desde o século XX.

#### 4. SAÍDAS PARA A CRISE NA VISÃO DOS ECONOMISTAS ORTODOXOS E HETERODOXOS

Após abordar os pontos principais que norteiam a interpretação dos ciclos de crescimento e recessão, a presente seção apresenta uma síntese de como os economistas ortodoxos e heterodoxos enxergam os possíveis caminhos para a saída da atual crise que nos acomete.

##### 4.1. Economistas Ortodoxos

Para os economistas ortodoxos (Mario Mesquita, Samuel Pessoa, Marcos Lisboa, Gustavo Franco e outros economistas do campo liberal), a medida de longe mais imprescindível para sair da crise diz respeito à insistência e aprofundamento do ajuste fiscal.

Uma vez que a política fiscal continue austera e aprovada a Reforma da Previdência, haverá uma retomada da confiança no governo e em sua política econômica, ensejando a retomada do consumo e do investimento por parte do setor privado. A questão da credibilidade é o elemento central para que uma política de contração fiscal expansionista gere num segundo momento uma expansão econômica sustentável com base em uma atuação mais dinâmica do setor privado.

O “argumento moderno” pela austeridade se desenvolve a partir de um grupo de acadêmicos no qual o mais proeminente é Alberto Alesina, contida em Alesina & Tabellini (1990). A intuição básica do argumento é que em tempos de crise as políticas fiscais restritivas (aumento dos impostos ou, **preferencialmente, redução de gastos**) podem ter efeito expansionista, de aumento do crescimento econômico.

No caso da política monetária deve se manter austera, preservando o cumprimento sistemático

das regras do *modelo inflation target*, evitando, assim, qualquer possibilidade de inflação. Do mesmo modo, a política cambial deve ser preservada através do câmbio flutuante, evitando intervenções que possam desvirtuar a formação de preços via mercado.

Uma segunda recomendação consiste em ampliar o grau de abertura da economia brasileira, uma vez que essa é uma das formas mais eficientes para promover o aumento de produtividade.

Nesse sentido, segundo Pires (2019), para os economistas ortodoxos, eventuais impactos negativos derivados do processo de abertura da economia sobre alguns setores econômicos em particular, como no caso da indústria, não teriam maior relevância porque o fundamental para o crescimento da renda de um país são os ganhos de produtividade, independentemente dos setores nos quais ocorrem. Desse modo, não há porque eleger, a priori, qualquer setor de atividade econômica como mais digno de apoio ou proteção estatal.

Por fim, a reforma trabalhista aprovada em 2017, irá auxiliar na maior demanda por trabalho e uma nova rodada de privatizações e concessões de serviços públicos irão permitir maior eficiência para a economia como um todo e redução de custos e maior capacidade de arrecadação para o Estado.

As medidas apresentadas acima, na visão dos economistas ortodoxos, permitirão o país, num horizonte de curto prazo, retomar a trilha do crescimento econômico, com inflação controlada, redução da taxa de desemprego, contas públicas equilibradas e aumento da produtividade e competitividade.

##### 4.2. Economistas Heterodoxos

Na visão dos economistas heterodoxos (L.G Belluzzo, Bresser Pereira, José Luis Oreiro, André Nassif, Carmem Feijó, Guilherme Melo, Pedro Rossi, Esther Dweck, Fernando Ferrari Filho e outros), o principal ponto de concordância é a crítica a política de contração expansionista (*austeridade*), defendida pelos economistas ortodoxos.

Conforme Pires (2019), enquanto os economistas ortodoxos consideram que uma política fiscal expansionista seria muito pouco efetiva na promoção do crescimento econômico

– em vista da *equivalência ricardiana* e do efeito *crowding out* -, suscitando apenas mais inflação ou dívida pública, para os heterodoxos, numa situação na qual há desemprego da mão de obra e baixa utilização do estoque de capital, há possibilidades concretas de que a expansão econômica promovida por via de um acréscimo da despesa pública venha a gerar um adendo à tributação suficiente para cobrir o aumento do dispêndio original.

O aumento dos gastos do Governo teria impacto ainda mais positivo sobre a economia se fosse direcionado para as camadas mais pobres da população – as que possuem maior propensão a consumir. E ainda, se faz ultra necessário uma estrutura tributária mais progressiva.

No que diz respeito à política monetária, a maior parte dos economistas heterodoxos defendem uma flexibilização do modelo de metas de inflação: (i) o objetivo não deve ser apenas a estabilidade de preços e sim a estabilidade macroeconômica, ou seja, objetivando o aumento da produção, emprego e renda; (ii) aumentar o horizonte temporal de comprometimento para 2 anos – calendário, o que permitiria um espaço maior para diminuir a taxa de juros.

Em relação a questão externa, conforme Ferrari Filho (2017), a taxa de câmbio competitiva é um dos fatores determinantes do crescimento da economia, em particular economias em processo de desenvolvimento, tal como a brasileira. Para tanto, a implementação de um regime de câmbio flutuante administrado, visando à manutenção de uma Taxa de Câmbio Real Efetiva (TCRE) estável e competitiva, seja para assegurar a lucratividade dos bens tradables, seja para prover incentivos para as firmas investirem e expandirem a produção e o emprego, é desejável.

Ferrari Filho & Paula (2012) propõem a criação de um Fundo de Estabilização Cambial, a ser utilizado pelo Tesouro Nacional para comprar e vender divisas com vistas a influenciar a TCRE. Concomitantemente, a adoção de controle de capitais é fundamental para manter relativamente estável o valor da TCRE e garantir a autonomia da política monetária.

A maior parte dos economistas heterodoxos possui grande preocupação com a questão

da indústria brasileira – o fenômeno da desindustrialização. Segundo Bresser Pereira, Nassif & Feijó (2016) não há, na história dos países bem-sucedidos no processo de desenvolvimento econômico, nenhuma experiência de sucesso em que o peso relativo da indústria no produto interno bruto tivesse recuado prematuramente, ou seja, antes que o país tivesse alcançado um nível de renda per capita compatível com o de um país considerado desenvolvido.

Segundo as leis de Kaldor<sup>9</sup> - economista referência dentro da heterodoxia, é na indústria que estão as principais fontes geradoras e difusoras de progresso tecnológico, é ela que determina não apenas o seu próprio ritmo de crescimento da produtividade, como também o da produtividade média da economia como um todo.

Para promover e redirecionar o Brasil em sua trajetória de **Catching Up**, não basta apenas a adoção de políticas industriais e tecnológicas consistentes, mas também que estas, estejam estritamente articuladas com o **regime macroeconômico**.

Como aponta Pires de Souza:

a quase estagnação que tomou conta da economia brasileira nos últimos anos surge como uma oportunidade para repensar a questão do papel da indústria. A este respeito cabe indagar se é possível relançar um novo ciclo de crescimento apenas corrigindo erros de política econômica e contando com uma melhoria do contexto internacional, ou se é necessário também mudar o padrão de crescimento resgatando algum protagonismo para a indústria de transformação. (PIRES de SOUZA, F. E. , 2015:4).

Os economistas heterodoxos concebem o desenvolvimento como um processo histórico marcado pelo crescimento econômico e por mudanças estruturais, sendo, que o crescimento econômico (aumento da produção de bens e serviços), não deve ser visto com *fim* último e sim como *meio*, capaz de permitir a melhoria do bem-estar e qualidade de vida para todos.

9 Nicholas Kaldor nasceu em Budapeste, em 12 de maio de 1908 e faleceu em 30 de setembro de 1986 em Inglaterra. O período de maior influência intelectual enquanto economista da **Universidade de Cambridge** deu-se no pós II Guerra Mundial.

Como apontam Dweck e Rossi (2019), um projeto social de desenvolvimento no Brasil deve ter como objetivo o crescimento e a transformação social, com a distribuição de renda e da riqueza, ampliação da oferta pública de bens e serviços sociais básicos e a adequação da estrutura produtiva às necessidades econômicas deste projeto.

Portanto, para os economistas heterodoxos, o papel do Estado é fundamental para articular as agendas de curto e longo prazo, conciliando política econômica com políticas estruturais que possam tirar a economia brasileira da situação de depressão, compatibilizando políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural.

A possibilidade de tirar a economia brasileira da situação de depressão, requer uma visão de Planejamento de longo prazo, portanto, necessita de um aprofundamento da discussão sobre as raízes do nosso subdesenvolvimento e não apenas a visão apequenada da conjuntura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 vem impactando negativamente a econômica global, cujo principal resultado pode ser a maior recessão da história, e todas as suas deletérias consequências econômicas e sociais.

A disseminação da doença do coronavírus (COVID-19) pelo mundo impôs a paralisação das atividades produtivas por conta da necessidade do isolamento social, fazendo com que a atividade produtiva fosse reduzida ou até mesmo paralisada em praticamente todas as economias, incluindo a China, que deve registrar um crescimento econômico bem inferior às previsões anteriores ao problema.

No Brasil, a retração econômica foi de 9,7% no segundo trimestre de 2020, comparado o mesmo indicador de 2019.

Como resposta, o País passou a adotar uma política econômica ancorada na expansão dos gastos públicos, visando suprir recursos para atender as questões de saúde e sanitárias, bem como a suspensão e redução temporária de alguns impostos, a disponibilização de um auxílio emergencial para as famílias e a disponibilização de recursos para socorrer as empresas em dificuldade.

De certa forma, a pandemia rompeu com os esforços para o controle dos gastos públicos até então vigentes no País, revertendo as tentativas de geração de superávits primários para redução do endividamento público.

Pode-se afirmar que esse novo contexto expressa que adoção das premissas de políticas econômicas ortodoxas foram substituídas pelas perspectivas heterodoxas expansionistas, condições que, em geral, estão sendo defendidas até mesmo por parte dos economistas liberais.

## REFERÊNCIAS

- ALESINA, A. TABELINNI, G. (1990). **"A Positive Theory of Fiscal Deficits and Government debt"**. Review of Economic Studies 57, Número 3: 403-414.
- BARRO, R. J.; ÚRSUA, J. F.; WENG, J. **The Coronavirus and the Great Influenza Pandemic: Lessons from the "Spanish Flu" for the Coronavirus's Potential Effects on Mortality and Economic Activity**. NUBER – National Bureau of Economic Research. Abril/2020.
- BARBOSA, FILHO. F. (2015). **"Desaceleração veio da Nova matriz , não do contrato social"** in.: BONELLI, R. VELOSO, F (Orgs.), Ensaio IBRE da Economia Brasileira II, Editora Elsevier.
- BONELLI, R. (2013). In.: VALLS PEREIRA, L. (org). **"Armadilha da renda Média"**, Volume 1. IBRE-Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- BRESSER, PEREIRA L.C., OREIRO. J.L. e MARCONI, N. (2016). **"Macroeconomia Desenvolvimentista: Teoria e Política Econômica do Novo Desenvolvimentismo"**, Editora Elsevier.
- BRESSER, PEREIRA L.C.C, NASSIF, A. & FEIJÓ, C.(2016). **"A Reconstrução da Indústria Brasileira: a conexão entre o Regime Macroeconômico e a Política Industrial"**. In.: Working Paper 413. São Paulo School of Economics EESP-FGV.
- CONSIDERA, C. (2019). **"Terminem com essa Depressão Já"**. IBRE, FGV. Blog do IBRE, 19 de maio.
- DWECK, E. & ROSSI, P. (2019). **"Políticas Sociais, Distribuição, Crescimento e Mudança Estrutural"** in.: Alternativas para o Desenvolvimento Brasileiro. CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

- FERRARI, FILHO.F. PAULA, L.F. De. (2012). **"Macroeconomia do Desenvolvimento: ensaios sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica"**. Recife: Editora da UFPE.
- FERRARI, FILHO.F. (2017). **"Como Reverter a atual Situação Econômica"** in.: Revista Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados USP, 31 (89).
- GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. Política fiscal em perspectiva: o ciclo de 16 anos (1999-2014). Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 417-447, dez. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482015000300417](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482015000300417) Acesso 10 set. 2020.
- KALECKI,M. (1987). "Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas", Editora HUCITEC.
- MELO, G. & ROSSI, P. (2017). **"Do Industrialismo à Austeridade: a política macro dos Governos Dilma"**. In.: Texto para Discussão, número 309, Instituto de Economia UNICAMP.
- MESQUITA M. (2014). **"A Política Econômica do Governo Dilma: a volta do experimentalismo"**. In.: Coletânea "Sob a Luz do Sol para o Brasil", Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP).
- ÒSCAR, J.; SINGH, S. R.; TAYLOR, A. M. (2020) **Longer-Run Economic Consequences of Pandemics**. Federal Reserve Bank of San Francisco Working Paper. DOI: 10.24148/wp2020-09. Setembro/2020.
- OZILI, P.; ARUN, T. (2020) **Spillover of COVID-19: impact on the Global Economy**. SSRN Electronic Journal. DOI: 10.2139/ssrn.3562570. Março/2020.
- PAULA, F. De. & JABBOUR, K.L. E. (2019). **Texto rebate críticas aos economistas heterodoxos de Lisboa e Pessoa**. In.: PESSOA,S. & LISBOA. M. "O Valor das Ideias", São Paulo, Editora Companhia da Letras.
- PIRES DE SOUZA, F. E. (2015). **"Indústria e Desenvolvimento Econômico"**. Editora FGV.
- PIRES, J. M. (2019). **"Linhas gerais do debate econômico no Brasil: ortodoxos versus heterodoxos"** In.: RAGO PAULA, M. A. (org) Economia Brasileira: Crise e Estagnação, Editora Intermeios.
- PERUCHETTI, P. & MATOS, S. (2019). **"Atividade Econômica Fraca Impede Melhora no Mercado de Trabalho"**. IBRE, FGV. Blog do IBRE, 20 de maio.
- SERRANO, F. & SUMMA, R. **"A Desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011"**. OIKOS, Rio de Janeiro, volume 11, n. 2.
- SICSÚ. J. (2020). **UA economia da depressão está de volta?** . IN: Economia e Sociedade, UNICAMP. IE. Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 435-468, maio-agosto 2020.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION, Timeline: Who's COVID Response. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline> > Acesso 10 set. 2020.